

PRIORIDADES PARA A ECONOMIA DIGITAL

Por uma Transição Digital
próxima das Empresas

2021-2023



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

CONSELHO ESTRATÉGICO
ECONOMIA DIGITAL

INTRODUÇÃO

A transição digital da economia é global, transversal a todas as sociedades, irreversível e está em processo de implementação acelerado. A digitalização está presente no quotidiano de todos: empresas, trabalhadores, cidadãos e Administração Pública. A tecnologia evolui a um ritmo exponencial e o impacto que tem na economia e na vida em sociedade são significativos.

A transformação digital das empresas não pode ser dissociada da aposta na capacitação das pessoas com competências digitais, em infraestruturas competitivas, na aposta na inovação, na geração de um ecossistema favorável ou na digitalização do Estado.

A CIP elege dois objetivos estratégicos para o seu posicionamento face ao Digital: contribuir para preparar as empresas portuguesas (lideranças e trabalhadores) para as atuais disrupções tecnológicas e trabalhar com todo o ecossistema (público e privado) para gerar na economia portuguesa um ambiente favorável ao aproveitamento das oportunidades de modernização e competitividade que a oportunidade da transição digital proporciona.

A digitalização é uma realidade e necessidade para um grande número de empresas, havendo ainda muito trabalho a fazer para que todo o tecido empresarial beneficie deste processo. Desde a automatização à agilização de processos, passando pelo teletrabalho, a tecnologia tem permitido que as empresas respondam aos desafios da melhor forma, e tem inclusive, ajudado a criar vantagens competitivas para a retoma.

A digitalização das empresas portuguesas é essencial para garantir a sua competitividade, numa economia globalizada e baseada no conhecimento. As empresas mais digitais são as que estão mais bem preparadas para os desafios e as soluções tecnológicas são uma ferramenta valiosa para qualquer PME de qualquer setor.

Apoiada pelo seu Conselho Estratégico para a Economia Digital, a CIP aponta 12 medidas acompanhadas por um conjunto de propostas concretas que as consubstancia e que refletem as prioridades da CIP para uma transição digital resiliente, sustentável e próxima das empresas.

PRIORIDADES CIP – MEDIDAS E PROPOSTAS

1. Garantir as infraestruturas tecnológicas

Garantir uma cobertura tendencial de 100% para fibra e 5G e as infraestruturas chave de acesso a Cloud e segurança das redes e sistemas

PROPOSTAS

1. Entender quais são os *white spaces* fora da racionalidade económica de investimento do setor privado.
2. À semelhança do modelo seguido no passado assegurar a cobertura de fibra e 5G dos *white spaces* através de operações com financiamento público aberto a preços grossistas pré-determinados em concurso.
3. Assegurar globalmente o acesso a infraestruturas de cloud pública e segurança para a plena operacionalidade destas infraestruturas.
4. Assegurar o acesso universal a banda larga a toda a população, garantindo o Estado o financiamento desse acesso a população carenciada, de baixos rendimentos, enquanto parte da sua responsabilidade

2. Garantir a qualificação digital dos recursos humanos

Garantir a qualificação digital dos recursos humanos das empresas e instituições nacionais

PROPOSTAS

5. Criação de 3 percursos formativos (a. operação de sistemas, b. configuração de sistemas e c. programação de sistemas) e respetivos conteúdos em colaboração com o ecossistema das TIC em Portugal com o objetivo colmatar as áreas de maior gap de cobertura das empresas.
6. Programas de formação certificada em sala com complemento online a ser ministrada aos colaboradores das empresas em “roadshow” em todo o País coordenado pela CIP e seu ecossistema
7. Montagem de modelo de formação remoto que apenas exige acesso a um PC com browser e internet (em casa ou no local de trabalho) para complemento do modelo em sala.
8. Bibliotecas, centros de emprego, juntas de freguesia e espaços de formação profissional como espaços abertos às empresas de formação, colaboração, coworking e experimentação.

3. Garantir a competitividade do ecossistema

Garantir que os custos de transação (legais, regulatórios, fiscais) portugueses são competitivos face aos principais concorrentes

PROPOSTAS

9. Benchmarking europeu dos principais custos de transação e dos principais concorrentes de origem digital (na Europa e globalmente)
10. Reforço da competitividade dos custos de transação aplicáveis às transações digitais, quer para harmonização com os mercados concorrentes, quer para compensação da situação geográfica periférica no que à logística diz respeito (quando aplicável) por via regulamentar.
11. SLAs (Service Level Agreement), ie, existência de prazos processuais definidos, redução do esforço processual e da instabilidade legislativa no funcionamento dos tribunais; áreas onde a redução dos custos de contexto teria impacto mais significativa nas empresas.
12. Incentivo à introdução de processos de natureza digital, seja pela simples digitalização, seja na vertente de transformação digital.
13. Enquadramento legal e incentivos fiscais que fomentem a consolidação e fusão de empresas, nomeadamente em sectores tradicionais.

4. Promover a digitalização acelerada do Estado

Utilizar a digitalização acelerada do estado como forma de reduzir o custo e esforço de transação de empresas (e pessoas) e como acelerador do investimento nacional e estrangeiro

PROPOSTAS

Estando Portugal bem posicionado em termos europeus no e-gov importaria:

14. Identificar as transações com o Estado com maior impacto no custo e esforço das empresas
15. Priorizar a digitalização acelerada destas transações recorrendo a mecanismos expeditos à-lá” empresa-na-hora”
16. Centralizar e reforçar de acordo com as necessidades identificadas em estudo de mercado os recursos para o investimento estrangeiro
17. Consolidar portais de serviços públicos e disponibilizar plataformas de dados abertos que estimulem a inovação e a transparência
18. Reforçar transversalmente à Administração pública, a criação de uma infraestrutura de comunicações e de IT, de sistemas de base e sistemas de colaboração interoperáveis

19. Criar as condições necessárias para um plano de longo prazo com sucesso: Cloud pública, base comum de ferramentas e aplicações, modelo de desenvolvimento comum e coordenação forte, coordenada e tanto quanto possível homogénea dos esforços de desenvolvimento dos projetos individuais (exemplo Uruguai)

5. Promover o alargamento do mercado

Alargar o mercado digital endereçável em Portugal pelo reforço das competências digitais nas populações menos digitalizadas

PROPOSTAS

20. Identificação das populações com menor digitalização ao nível local.
21. Programa nacional (a exemplo do pilotado pelo MUDA) de formação em competências digitais básicas em sala com acesso subsequente a ferramentas básicas de consumo digital (Tablet, Smartphone).
22. Envolvimento/Mobilização do sistema bancário na ação subsequente de educação/formação sobre digitalização de pagamentos para completar o ciclo de criação de mercado.

6. Garantir os incentivos públicos à digitalização

Criar um pacote de incentivos forte e abrangente para aceleração da digitalização do tecido empresarial a par com o crescimento e o investimento

PROPOSTAS

23. Programa de sensibilização coordenado pelas principais confederações portuguesas e pelos respetivos ecossistemas associativos – alicerçado numa ferramenta de diagnóstico.
24. Criação de um “pacote digital” incluindo as ferramentas e os serviços necessários para acelerar com mínima ou nenhuma integração a digitalização das PME portuguesas.
25. Criação de um “cheque digital” de valor a definir para a cobertura de 12 meses deste “pacote” contra a sua efetiva implementação pelas PME.
26. Criação de um programa de mentoring com empresas de TIC para IT managers para aceleração da aprendizagem e da partilha de melhores práticas.
27. Incentivos fiscais a políticas de teletrabalho, instalação de teletrabalhadores em regiões do interior.

Para além dos incentivos diretos às empresas, o Estado pode por via da legislação ajudar a acelerar a digitalização de forma mais transversal.

7. Criar o standard de identificação

Standard nacional (europeu) de identificação - Standard simplificado e seguro para verificação de identidade em transações e contratações eletrónicas

PROPOSTAS

28. Criação de um standard de verificação da entidade simplificado e seguro que suporte todas as transações com o Estado e com privados bem como a contratação alavancando na eIDAS
- Onboarding seguro e completo
 - Identificador o mais “universal” possível (p.ex. MSISDN)
 - Mecanismos de segurança seguros, simples e embutidos
 - Mecanismos de apelo seguros e simples
 - Mecanismos de partilha de informação seguros, consentidos, verificáveis e permitindo alteração
29. Criar os incentivos à adoção do standard por empresas e desde logo pelo Estado, nomeadamente pela revisão dos custos de utilização de canais não digitais.

8. Criar os standards de transação

Standard nacional (europeu) de transação - Standard simplificado e seguro para fecho, registo e demonstração de transação entre agentes económicos

PROPOSTAS

30. Criar um standard de transação envolvendo os agentes públicos, empresariais e académicos nacionais para transação
- Segura
 - Transparente
 - Agregadora dos diversos fluxos de registo e reporte
 - Integrável com os fluxos de pagamento

É entendimento da CIP que Portugal tem este standard no que às faturas diz respeito muito avançado

9. Criar os standards de partilha de dados

Standard nacional (europeu) de partilha de dados- Standard simplificado e seguro para partilha de dados entre entidades e agentes económicos de forma transacional ou continuada

PROPOSTAS

31. Criar um standard de partilha de dados envolvendo os agentes públicos, empresariais e académicos nacionais

- Seguro
- Informado (consentimento)
- Gerível e reversível
- De utilização muito simples

Aplicável de forma generalizada a

- Serviços privados (por exemplo transações semelhantes em fornecedores diferentes do mesmo setor)
- Serviços públicos em geral
- Serviços de saúde em condições normais e de emergência

O sistema de partilha de dados já existe legislado para o setor da Banca – diretiva PSD2. Alargá-lo a outras áreas críticas da vida dos cidadãos e empresas.

10. Criar os standards de segurança de algoritmos

Definir os standards para a construção de algoritmos, e sua atualização ao longo do tempo

PROPOSTAS

32. Definir os limites a respeitar na construção e o modelo de governo para transparência e “verificabilidade” dos algoritmos usados nas decisões

- Definir os limites
- Definir as regras de construção
- Definir a capacidade de monitorização
- Definir o modelo de governo para o cumprimento dos limites e regras ao longo do tempo
- Construir as “peças” desse modelo de governo a nível nacional e europeu.

11. Criar os standards de segurança na automação

Criar os standards para a segurança (verificável e transparente) na automação

PROPOSTAS

33. Definir os parâmetros a respeitar no desenho, implementação e monitorização de sistemas de automação
 - Regras de desenho
 - Regras de implementação
 - Regras de monitorização e acesso e de segurança e reporte
34. Criação dos mecanismos e organismos de governo destes standards e da sua operacionalidade a nível nacional e europeu

12. Acelerar o caminho para a sustentabilidade ambiental

Digitalização com impacto ambiental. “Mercado” digital de carbono para as pessoas e para as empresas

PROPOSTAS

35. Desenvolver um framework que permita identificar as tecnologias chave que podem funcionar como alavancas da sustentabilidade ambiental, promover a sua divulgação e criar os incentivos à sua adoção
36. Criar uma “aliança” entre as pessoas e as empresas através de uma plataforma em que
 - Os comportamentos individuais geradores de impacto ambiental positivo possam ser medidos e recompensados
 - As empresas com pegada positiva possam financiar esta recompensa como forma de compensar a sua pegada
 - Este mercado tenha uma moeda que coloca “pela positiva” a compensação da pegada (o AIR) (com base nos mercados voluntários de carbono)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a ambição do País, expresso através do «Plano de Ação para a Transição Digital», que assume a ambição de ser o motor da transformação digital e de projetar o País no Mundo, a CIP reforça a sua perspetiva de que esta é uma oportunidade ímpar para que as empresas nacionais otimizem os seus processos, reduzam custos, aumentem receitas e solidifiquem a sua competitividade no mercado global.

A estratégia de transformação digital deve assentar em soluções objetivas, sustentáveis e diferenciadoras, municiando as empresas nacionais nos mercados onde operam. É com este espírito que a CIP se compromete a defender as suas prioridades para uma transição digital resiliente, sustentável e próxima das empresas nacionais.



Cofinanciado por:

